

O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NA CONSTRUÇÃO DO MERCADO INSTITUCIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Tatiana Balem, Marco A. V. Fialho, Isabel C. L. da Silva

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro, a partir de 2009, mudou a sua base filosófica e política, se configurando em uma importante política de compra institucional e de desenvolvimento da Agricultura Familiar. Este ensaio objetiva discutir a importância do serviço de extensão rural público na viabilização do mercado institucional da alimentação escolar. A pesquisa foi realizada em nove municípios no estado do Rio Grande do Sul - Brasil. Mesmo com um ambiente político favorável ainda são encontrados obstáculos para realização da compra da institucional, sendo um deles as deficiências da organização social e produtiva dos agricultores familiares. O estudo evidenciou que os agricultores necessitam de apoio e assessoria técnica para realocar e reordenar a lógica da produção. No entanto, a extensão rural pública não tem sido hábil para fazer isso.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Agricultores Familiares; Extensão Rural.

THE ROLE OF RURAL EXTENSION IN CONSTRUCTION OF INSTITUTIONAL SCHOOL FOOD MARKET IN BRAZIL

ABSTRACT

Brazilian's Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), in 2009, changed his politic bases. It's setting in an important institutional purchasing policy and development of Family Agriculture (FA). The object this paper is discusses the importance of public rural extension service for the viability of the institutional market of School Feeding. The research was conducted in nine municipalities in Rio Grande do Sul state, Brazil. Even with a supportive policy environment are still found obstacles to carrying out the institutional purchase, the principal problem are social and productive organization of family farmers. The study showed that farmers need support and technical assistance to relocalizing and reorder the logic of production. But the public rural extension has not been able to do that.

Keywords: School Food; Family Farmers; Rural Extension.

Doutora em Extensão Rural. Professora do Instituto Federal Farroupilha campus Júlio de Castilhos-RS, Brasil. E-mail: tatiana_balem@yahoo.com.br.

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marcoavf@hotmail.com.

Engenheira Agrônoma. Mestranda em Extensão Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, Brasil. E-mail: isabel.agro@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro foi implantado em 1955 e passou por diversas reestruturações. De uma política de suplementação alimentar transformou-se em uma importante política pública de desenvolvimento. O PNAE é um programa universal e gratuito que atende sem distinção todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público, por meio da transferência de recursos financeiros, cujo orçamento em 2014 foi de R\$ 3,5 bilhões e beneficiou 43 milhões de estudantes. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – deveria ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2014).

Com a reformulação, em 2009, o PNAE, além de atuar pela segurança alimentar e nutricional dos estudantes, visa fomentar os preceitos do desenvolvimento sustentável, valorização da cultura alimentar, alimentação saudável e realocização dos sistemas agroalimentares. Nesse sentido a inclusão de agricultores familiares locais e a indução da construção do mercado institucional são ações diferenciais desse programa.

De acordo com Belik e Chaim (2009) políticas sociais, quando dirigidas para o apoio de programas de alimentação escolar, podem gerar enormes benefícios em termos de segurança alimentar, educação, saúde e desenvolvimento social. Morgan e Sonnino (2008; 2010) enfatizam que os contratos públicos, especialmente os ligados à alimentação escolar, têm o potencial de induzir mudanças dos hábitos alimentares, formando consumidores dos produtos da agricultura local e de pequena escala, sendo assim instrumentos de desenvolvimento. Os autores também afirmam que

a alimentação escolar ocupa papel importante no desenho de uma Nova Equação Alimentar (NEA), conceito que trata do reconhecimento político do caráter multifuncional do sistema agroalimentar, que passa a ser visto em termos mais estratégicos para o desenvolvimento, onde a saúde pública, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a segurança alimentar e nutricional imperam como horizontes (MORGAN; SONNINO, 2010).

No Brasil, mesmo com um ambiente político favorável e com o comprometimento do Estado em ser formulador de uma política pública dentro dos preceitos da NEA, ainda são encontrados obstáculos para realização da compra institucional para a alimentação escolar, sendo um deles as deficiências da organização social e produtiva dos agricultores familiares. Autores que estudam o PNAE brasileiro (FROEHLICH, 2010; BRAGA, 2012; GONÇALVES, 2013) afirmam que dentre os principais problemas de implementação do programa estão: a produção local insuficiente para atender a quantidades e diversidade demandada; a organização dos agricultores; a alimentação escolar exige uma série de produtos processados e os agricultores familiares têm dificuldades em legalizar as pequenas agroindústrias, pois o marco legal está voltado para grandes empreendimentos. Ainda há que se considerar que os gestores públicos locais ainda não se apropriaram devidamente dos significados do PNAE, como aponta Malina (2012).

O PNAE é uma política pública que exige uma intersectorialidade de ações e estudos apontam que os agricultores ainda não têm conseguido acessar o mercado como poderiam. Um serviço de extensão rural de qualidade poderia ser um dos diferenciais para que esses agricultores desenvolvessem as habilidades necessárias para o acesso do mercado institucional. Assim, este ensaio objetiva discutir a importância do serviço de extensão ru-

1 Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs) foram criados com o objetivo contribuir para a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e, mais tarde, o PNAE. A Portaria Interministerial 1.010/2006 instituiu a criação dos CECANes em todo o Brasil.

ral público na construção do mercado institucional no Brasil e na construção de uma nova perspectiva de sistema agroalimentar.

Essa é uma pesquisa de caráter qualitativo que utiliza como método a análise interpretativa. Foram utilizados dados de nove municípios do estado do Rio Grande do Sul-Brasil, levantados através de uma pesquisa-diagnóstico dos principais entraves do mercado institucional da alimentação escolar. Os municípios pesquisados foram: Santiago, Estrela Velha, Xangri-lá, Lagoão, Herval, Rio Pardo, Rosário do Sul, São Gabriel e Tavares. Os dados foram coletados o ano de 2014, no município de Santiago, durante uma pesquisa de tese e nos demais municípios, durante uma consultoria prestada ao CECANE da UFRGRS¹.

Essa introdução objetiva situar o leitor na temática de pesquisa e clarear o que buscamos com esse ensaio. Com a seção dois do artigo apontamos o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública para o desenvolvimento rural e, nesse sentido, problematizamos a necessária mudança na concepção de extensão rural. A seção três traz uma análise do envolvimento da extensão rural no recorte de pesquisa estabelecido, ao mesmo tempo em que aponta diretrizes de atuação para que a mesma seja capaz de ativar o potencial de realocação do sistema agroalimentar que o programa de alimentação escolar possui. As considerações finais trazem os principais aprendizados alcançados com a reflexão.

1. O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Autores que estudam o PRONAF (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; SOUZA et al, 2013; GRISA; WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014) apontam que a distribuição dos recursos dessa política pública está concentrada nos agricultores familiares mais capitalizados, na Agricultura Familiar (AF) da Região Sul e em algumas culturas. Assim, os agricultores mais empobrecidos estão ficando às margens da política. Essa questão pode ser um indicativo da

necessidade de criar estratégias para que as políticas públicas sejam direcionadas aos agricultores familiares que estão com dificuldade de acesso aos mercados e às próprias políticas.

Por outro lado, autores que estudam estratégias diferenciadas de desenvolvimento rural têm apontado o protagonismo da extensão rural nessas realidades (DIESEL; NEUMANN, 2012; CALLOU; BRAGA, 2005; CASTRO et al, 2010). Para Diesel, Dias e Neumann (2015) a institucionalização da política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da AF no cenário político brasileiro trouxe junto uma retomada da contribuição do governo federal à assistência técnica e extensão rural. Essa questão coaduna-se com a ideia de que a extensão rural é uma institucionalidade importante para o desenvolvimento rural. A Política Nacional de ATER tem como princípio a garantia de assistência técnica e extensão rural de qualidade para a agricultura familiar, visando a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com vistas a processos endógenos e com abordagens multidisciplinares (MDA, 2008). Essa política estabelece a Agroecologia, a participação, a gestão democrática e o desenvolvimento de processos educativos a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista como norte da ação extensionista. Nas diretrizes da Política Nacional de Assistência e Extensão Rural (PNATER), as questões referentes ao trabalho em todos os elos das cadeias produtivas, o fortalecimento e inclusão social e a construção de parcerias com outras instituições são elementos chaves.

Diesel e Neumann (2012) ressaltam que com a emergência de novos padrões de desenvolvimento contrapondo o modelo econômico que teve a “modernização da agricultura” como mote de ação, é necessário considerar as potenciais contribuições da extensão rural para o alcance de um modelo alternativo de desenvolvimento rural. Ao refletirem sobre o processo de extensão rural realizados em assentamentos de reforma agrária, os autores acima citados trazem uma importante análise do papel que equipes de ATER podem

assumir perante uma proposta de construção de projetos de desenvolvimento endógenos e alternativos. Por outro lado, apontam que o maior desafio é romper com a extensão rural pautada pela assistência técnica pontual, fragmentada e desvinculada de projetos construídos coletivamente com os agricultores.

Nos moldes do difusionismo, a extensão rural tinha por objetivo a transferência de tecnologia para mudar o padrão de produção dos agricultores, do tradicional para o moderno, impactando dessa forma a produção e a produtividade. A ação da extensão difusionista está diretamente relacionada aos aspectos técnicos da produção vegetal ou animal e muito mais como assistência técnica. A extensão rural, de acordo com Brosler, Oliveira e Bergamasco (2010) não se limita ao domínio natural, mas se dá no campo do domínio humano, como uma ação pedagógica e um ato político, onde os agricultores são sujeitos do processo.

Essa ação de extensão vem estabelecer diferenças entre o padrão desenvolvimentista da agricultura como sinônimo de crescimento econômico e *commodities* e o padrão alternativo, onde as questões sociais, ambientais e culturais, emergem como essenciais e onde a categoria social e política “Agricultura Familiar” passam a ser reconhecida como ator essencial. Picolotto (2015) salienta que a categoria agricultor familiar “é resultado de um trabalho de construção política e de sentidos” (p. 65) e essa evolução na concepção de desenvolvimento e no reconhecimento da AF resultou em uma progressão das políticas públicas direcionadas para a categoria agricultor familiar no Brasil. Atualmente, há um conjunto de políticas públicas que visam fortalecer a AF e, dentre elas, estão os programas de compras institucionais, que visam superar a ênfase em políticas agrícolas que priorizam produtos de exportação que marcou o cenário nacional até bem recentemente.

No caso específico das políticas públicas que estabelecem mercados institucionais para a AF, percebe-se que são necessárias ações articuladas entre os mediadores da política

pública e a realidade agrícola local, para que esses mercados possam exercer o seu potencial de desenvolvimento. Reconhecemos aqui que os mercados institucionais marcam uma possibilidade de, através da política pública, se estabelecer processos diferenciados onde a construção de mercados locais e regionais possa ser o embrião do desenvolvimento de sistemas agroalimentares alternativos baseados na reconexão da produção e do consumo, no enraizamento de práticas culturais e sociais e no entrelaçamento das questões produtivas, rompendo com o modelo de produção especializado, como afirma Wiskerke (2009).

É necessário considerar que partimos de um público da AF já impactado pela modernização da agricultura, em que alguns agricultores se especializaram na produção de *commodities* e outros estão fracamente integrados aos mercados convencionais, o que os coloca em uma situação de marginalização. Embora a AF ainda guarde a cultura da diversificação produtiva, a cultura alimentar encontra-se erodida com ressaltam Balem e Silveira (2015). Isso aponta para a importância de uma mediação que resgate aqueles cultivos já erodidos, introduzir novos cultivos e atividades produtivas, desenvolver habilidades necessárias para os agricultores se integrarem à dinâmica que os mercados locais possuem.

Para Morgan (2006), as estruturas de compras mais criativas que visam à realocação da alimentação e à inserção dos contratos públicos como mercados estabelecidos para os agricultores da região, apesar da potencialidade de envolver e viabilizar pequenos empreendimentos, exigem novos conjuntos de habilidades que os agricultores de pequena escala não dominam na íntegra, as quais estão relacionadas à produção, gerenciamento, distribuição, processamento, embalagem e escala. Ainda apontamos, com base na realidade brasileira, a necessidade de organização social dos agricultores.

Sumberg e Sabates-Wheeler (2011) afirmam, por seu turno, que as intervenções de proteção social envolvendo os alimentos são instrumentos de mudança transformacional em

sistemas de agricultura familiar. Mas, para estes autores, as estratégias e estruturas de localização da agricultura não são fomentadas em larga escala pelas políticas agrícolas tradicionais, ao contrário, há uma estrutura que não favorece esse tipo de iniciativa, sendo necessários alguns arranjos para que os agricultores familiares deem conta de atender aos mercados locais. Assim, se fazem necessárias articulações em nível local para que o mercado institucional funcione de forma organizada e a alimentação escolar alcance o potencial que representa em termos de inclusão dos agricultores familiares e de indução de um processo de desenvolvimento diferenciado. Esperar que os agricultores por si só se organizem para acessar esses mercados institucionais seria apostar no enfraquecimento do potencial do desenvolvimento que os mesmos possuem. É o que justifica a ação da ATER.

1.1 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO RURAL

Partimos do pressuposto de que o PNAE é uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento local e criar estratégias para a comercialização de produtos não visados pelo mercado convencional, criando possibilidades para desenvolver sistemas agroalimentares alternativos para a AF. Nos municípios estudados, constatou-se que há um grande número de famílias agricultoras que possuem uma diversidade de cultivos e práticas que necessitam ser potencializadas e os agricultores que foram contatados durante a pesquisa manifestaram o desejo de participar do programa e qualificar a sua participação. Mas, em todos os municípios, ficou evidente que os produtores necessitam do apoio da ATER para reordenar os sistemas produtivos e compreender a nova lógica que esse mercado impõe a eles. Os diálogos estabelecidos durante a pesquisa com os atores sociais nos municípios demonstraram que a ausência e/ou a atuação em algumas dimensões da ATER é sentida como um problema, principalmente por parte dos agricultores.

Percebemos que a extensão rural pública ainda está presa ao paradigma da moder-

nização e possui uma postura institucional de não priorização de um determinado grupo de agricultores. Esse posicionamento institucional da ATER talvez esteja relacionado à dificuldade de se construir uma extensão rural adequada às políticas públicas como o PNAE e de se perceber o potencial das políticas públicas para o desenvolvimento local. É necessário considerar que a formação dos extensionistas não considera a AF, a agroecologia, os mercados de circuitos curtos, o manejo de agroecossistemas, a construção de mercados como conteúdos válidos, como aponta Froehlich (2010). Para o autor, a noção de agricultura sustentável, amparada pelas mudanças nas discussões sobre desenvolvimento na contemporaneidade, aponta para a necessidade da transformação do perfil profissional. O autor salienta que a formação científico-tecnológica para a atuação no meio rural visa a promoção do desenvolvimento neste espaço social. O problema reside em qual concepção de desenvolvimento a ATER carrega para si.

Froehlich (2010) salienta que o paradigma de desenvolvimento sustentável impõe um redirecionamento da formação profissional que não pode ser o mesmo daquele conformado pela agricultura dita “moderna”. As políticas públicas de compras institucionais requerem uma ação de extensão rural capaz de construir junto com os agricultores um sistema agroalimentar alternativo. Mas, a atuação da ATER tem sido aquém das necessidades dos agricultores e da construção do mercado. A criação de políticas públicas inovadoras para a AF e a inexistência de um desenho institucional de ATER capaz de dar conta delas talvez represente uma profunda crise epistemológica da extensão rural brasileira. Ou seja, enquanto a PNATER aponta um caminho, a formação dos extensionistas e a postura institucional das empresas prestadoras demonstram a difícil transposição da política para ação na realidade.

Uma extensão rural de processo, orientada por um projeto de desenvolvimento alternativo que tenha como horizonte a transformação do sistema agroalimentar, a constru-

ção de mercados de circuitos curtos e/ou socialmente justos com a inclusão dos agricultores familiares seria o esperado. Uma extensão rural de processo requer uma ação pactuada com a sociedade, enraizada no local, com entrelaçamento entre as diversas atividades, com objetivos traçados e, principalmente, com continuidade. Além disso, deve ser capaz de compreender e ser permeável às mudanças que vão se instaurando ao longo do tempo a partir do momento em que se engendram ações dentro de um paradigma diferenciado de desenvolvimento com os agricultores. Ou seja, a opção de uma ação contínua e num processo evolutivo, no lugar da ação fragmentada, pontual e assistencialista.

Essa noção implica que a extensão rural empreendida em um determinado local seja articulada de tal forma com as dimensões de manejo de agroecossistemas, de organização social e de construção de mercados ao ponto de se configurar em um processo evolutivo de mudança. É a ação de extensão como um dos elementos necessários para o projeto de desenvolvimento construído localmente. Uma extensão rural de processo também agregaria e criaria sinergias entre as diversas organizações estabelecidas nos municípios, assim a ação gerada seria de poder da sociedade e não de responsabilidade unicamente dos extensionistas. Por isso, uma atuação orientada pela construção e transformação é mais adequada para esse paradigma de extensão, pois tem por finalidade gerar a autonomia e empoderamento dos agricultores.

Nesse sentido, o papel da mediação da ATER na construção da realocação do sistema agroalimentar é fundamental. Para Six (2001) a mediação pode ser desenvolvida a partir de três diferentes orientações. A primeira é a mediação para a resolução de conflitos, a segunda é orientada para regulação social, em que o papel dos mediadores situa-se no campo da busca de regras e de estabelecimento de laços sociais entre os mediados. Já a terceira orientação é denominada de mediação transformadora. A mediação transformadora, embora em muitos momentos necessite

auxiliar na resolução de conflitos e na regulação social, tem um objetivo mais amplo na sua ação. Essa mediação busca mudança e empoderamento dos envolvidos através da valorização e do reconhecimento da importância das pessoas no processo. O conflito, nessa compreensão, é considerado natural e importante para que se construa a mudança. O empoderamento pressupõe que a ação da mediação possa ao longo do tempo diminuir, pois o mediador tem o papel de capacitar as pessoas para construir suas próprias soluções. Para Schmitmann (1999), a perspectiva transformadora da mediação considera que os sujeitos sociais reconheçam a si mesmos e aos outros como produtores de conhecimento e de ações. Nesses processos “há uma recuperação do poder próprio das pessoas, grupos e comunidades, como os potenciais desenvolvimentos transformadores que tal reconhecimento implica” (SCHNITMANN, 2013, p. 27).

A ação da mediação da ATER, no caso do mercado institucional da alimentação escolar do PNAE, deverá ser pautada por uma ação pactuada e referenciada por um projeto político de desenvolvimento e fortalecimento da AF, através da alimentação escolar.

2. O ENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL COM O MERCADO INSTITUCIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Nos municípios estudados percebemos uma atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública insuficiente e com dificuldades de promover a necessária transformação dos sistemas produtivos da agricultura familiar a ponto dela ser incluída satisfatoriamente no mercado institucional da alimentação escolar. A empresa que presta ATER pública em praticamente todos os municípios do estado do RS é a EMATER/RS, uma instituição fundada em 1955. São aproximadamente dois mil extensionistas rurais presentes em 480 municípios, sendo que a estrutura organizacional da empresa nos municípios é composta por Escritórios Municipais e as equipes por extensionistas relacionados a duas

áreas: técnica e bem estar social (BES) (EMATER-RS, 2015). A EMATER, com relação à legislação do PNAE, é considerada uma entidade articuladora. O quadro 01 traz um resumo da atuação da ATER no recorte de pesquisa, assim como as transferências de recursos para a alimentação escolar.

QUADRO 1 – ENVOLVIMENTO E ATUAÇÃO DA EMATER-RS COM O MERCADO INSTITUCIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS, VALORES TRANSFERIDOS PELO FNDE PARA AS PREFEITURAS MUNICIPAIS E PERCENTUAL APLICADO NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AF EM 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE...	EXTENSIONISTAS ENVOLVIDOS	FORMA DE ATUAÇÃO DA ATER	VALOR TRANSFERIDO FNDE (R\$)	VALOR AQUISIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (R\$)	%
Estrela Velha	ATER técnica	Organização da comercialização	27.018,00	27.036,53	100,07%
Herval	ATER de BES	Organização da comercialização	112.446,00	17.749,54	15,78%
Lagoão	Ater não se envolve		87.300,00	26.775,23	30,67%
Rio Pardo	ATER técnica ATER de BES	Organização da produção Organização da comercialização Criação de sinergias	260.880,00	91.139,21	34,94%
Rosário do Sul	Ater não se envolve	Segundo o extensionista a demanda do agricultor é sobre produção orgânica e o mesmo não tem conhecimento para isto.	219.966,00	14.166,43	6,44%
Santiago	ATER técnica	Organização da produção (de forma tímida) Organização social Organização da comercialização Criação de Sinergias	384.696,00	199.162,30	51,77%
São Gabriel	Ater não se envolve		530.766,00	-	0,00%
Tavares	ATER técnica	Ater se envolve com uma família que comercializa para o PNAE e recebe assistência técnica.	30.474,00	694,95	2,28%
Xangri-Lá	Ater não se envolve	Município litorâneo, somente pescadores artesanais.	244.596,00	121.314,64	49,60%

Fonte: Pesquisa de campo e FNDE (2015).

O que observamos nos municípios é uma atuação desordenada e pontual da ATER, incapaz de construir um processo voltado ao

desenvolvimento de habilidades nos agricultores desde a produção até a comercialização dos produtos para o mercado institucional. A ação histórica da extensão rural esteve voltada à produção, no entanto, nos municípios pesquisados o que se observa é que essa área é a que menos recebe atenção da extensão rural, tanto é que um dos principais gargalos das compras institucionais tem sido a falta de produtos da AF. Dos nove municípios, cinco atingem os 30% de compras da AF preconizado pela legislação, sendo que um desses, Xangri-lá, é um município litorâneo onde os agricultores familiares são pescadores artesanais que não acessam o mercado institucional, assim os 30% exigidos por lei são atingidos com compras de cooperativas da região e do estado. Em apenas quatro municípios há um envolvimento da ATER pública com o mercado institucional, mas este está mais relacionado à organização dos agricultores e do mercado. A produção tem recebido atenção apenas no atendimento individual e pontual de alguns agricultores.

Observamos que o comprometimento da ATER está sempre relacionado a um dos técnicos e em nenhum município há uma atuação da equipe. A partir do recorte estabelecido para a pesquisa, percebe-se que não há uma diretriz institucional clara da EMATER-RS capaz de orientar e capacitar a ação da extensão para a construção do mercado institucional do PNAE. Assim, a ação dos extensionistas é mais guiada pelo desejo e comprometimento individual com a política pública. Nesse sentido, a ação da ATER tem sido a soma de ações isoladas e fragmentadas, muito mais orientada para demandas pontuais do que para um processo de desenvolvimento. Essa atuação pontual e guiada por uma demanda e não por uma concepção de desenvolvimento pode estar condicionando a ATER pública no RS a não perceber a reestruturação do PNAE como um potencial capaz de mudar o rumo do desenvolvimento dos sistemas agroalimentares nos municípios.

Ainda temos que considerar que a maioria dos agricultores familiares dos muni-

cípios que não atingem os 30% de compras da AF preconizados pela legislação do PNAE carecem de informações sobre o mercado institucional estabelecido por esse programa. Como não houve uma organização por parte dos articuladores da política pública nesses locais, o mercado institucional não foi construído e os seus significados não foram apropriados pela comunidade em geral. Importante destacar que onde os municípios conseguem alcançar uma maior participação da AF na alimentação escolar, isso se deve ao comprometimento da entidade executora, a responsável pela compra, que consegue articular os elos necessários para a execução da política, juntamente com a ATER. Os municípios de Santiago e Rio Pardo são exemplos. Mas, a habilidade da entidade executora não significa necessariamente a inclusão da produção do município na alimentação escolar, pois o único município que compra exclusivamente da AF de sua jurisdição é Santiago. Os outros têm uma porcentagem significativa em compras de grandes cooperativas.

Outra questão que tem emperrado o processo de compras institucionais tem sido a forma como as Chamadas Públicas têm sido operadas. Durante o estudo ficou evidente que onde o programa não consegue se efetivar, um dos problemas é a falta de diálogo e entendimento dos responsáveis pelas compras, ou seja, o Setor de Compras das Secretarias Municipais de Administração e em alguns casos, havia uma falta de compreensão pela própria Secretaria Municipal de Educação, no setor de alimentação escolar.

A instituição da chamada pública para as compras da AF no PNAE é um dos avanços do programa, mas percebemos que os municípios ainda não estão preparados para esse diálogo tão íntimo com os agricultores e com a pequena escala. O Estado tem um aparato regulatório que beneficia grandes empreendimentos e um número pequeno de operações e dificulta a compra em pequena escala e a inserção de múltiplos atores nos contratos. As compras por licitação são um exemplo desta questão. Os setores de compras, acostumados

com os processos licitatórios, executavam um número menor de operações e com as chamadas públicas são necessárias mais operações, mais detalhamento e um olhar para o local. Malina (2012) ao estudar 42 instrumentos de chamadas públicas no estado de São Paulo, observa que ainda há um caminho a ser trilhado para que as mesmas estejam de acordo com o que preconiza o PNAE. Problemas como falta de detalhamento no texto, não priorização dos grupos sociais previstos na legislação, a não previsão da possibilidade de mudança nos preços e troca de produtos, foram encontrados pela autora.

Esses entraves também foram observados nos municípios estudados e percebe-se que a falta de apropriação dos significados do PNAE pelo setor de compras das prefeituras tem levado os funcionários a encarar as chamadas públicas de forma similar ao processo de licitação. Assim, somente as grandes cooperativas têm tido acesso ao mercado e em alguns casos, têm sido priorizadas. Isso entra em contradição com a legislação (BRASIL, 2013), que afirma que as chamadas públicas devem priorizar produtos de agricultores familiares locais e caso não se atinja os 30% com esses, as compras deverão ser complementadas com propostas de produtores do território rural, do estado e do país, nessa ordem de prioridade. No entanto, a falta de articulação na construção do mercado institucional nos municípios referenda a necessidade de complementação das chamadas públicas por produtos da região e do estado, por parte dos gestores.

Além disso, percebemos que a AF já foi duramente impactada pelos processos de modernização da agricultura implantados no Brasil, assim muitas famílias possuem conhecimentos e habilidades para a produção de *commodities* para o mercado. E os conhecimentos de produção daqueles cultivos voltados para o autoconsumo não têm sido suficientes para que esses automaticamente se insiram nos mercados institucionais. Por isso, a seguir vamos abordar a ação da ATER em três dimensões: manejo de Agroecossistemas, organização dos agricultores e construção do mercado.

2.1 MANEJO DE AGROECOSSISTEMAS

Os agricultores que comercializam para o PNAE nos municípios estudados afirmam que um dos maiores entraves tem sido a produção, pois eles eram acostumados a produzir um ou dois produtos de *commodities* para comercializar e aqueles agricultores que comercializam em feiras estavam acostumado a outra lógica de mercado. A comercialização com o PNAE é complexa, pois esse mercado exige pontualidade de entrega, escalonamento de produção e diversidade, diferentemente da produção safrista, na qual o agricultor realiza operações comerciais uma ou duas vezes no ano. A comercialização em feiras também é diferente, pois os agricultores levam a produção que possuem naquele momento e quando falta um determinado produto, há outros para substituir que não precisam necessariamente ter a mesma qualidade nutricional. A alimentação escolar exige um planejamento de produção complexo, pois precisa atender aos preceitos de nutrição equilibrada, ao mesmo tempo em que dialoga com aceitabilidade dos educandos, cultura alimentar e qualidade dos produtos. Nos municípios onde é planejada a substituição de produtos para aquelas situações onde a produção ficou aquém do demandado pela chamada pública, como acontece em Santiago, o produto substituto deve ter a mesma qualidade nutricional e estar de acordo com os preceitos anteriormente citados.

A diversidade e o escalonamento de produção têm sido as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores e, somado a isso, os conhecimentos de variedades adaptadas às diferentes estações produtivas do ano e noções de manejo sustentável de agroecossistemas. Assim, embora os agricultores tendam a produzir gêneros que antes eram destinados ao consumo, têm dificuldade em produzir em escala. Identificamos que os agricultores carecem de informações e formação para construção de estufas, projetos de irrigação, manejo de cultivos protegidos, produção de mudas, uso de tecnologias para produção orgâ-

nica ou agroecológica, condução e manejo de pomares etc.

A ATER, quando questionada sobre essas deficiências apontadas pelos agricultores justifica a falta de assistência ao quadro de técnicos insuficiente e à falta de formação técnica para essas questões. No município de Rosário do Sul, por exemplo, o extensionista da área técnica justifica a sua não atuação junto aos agricultores que comercializam para o PNAE pela sua falta de conhecimento para orientar a produção orgânica. Outro argumento, recorrentemente utilizado é que a EMATER-RS é uma empresa que presta um serviço público e por isso não pode priorizar determinado grupo de agricultores, ao contrário, deve atender todos os agricultores do município. Essa concepção condiciona o atendimento pontual da ATER.

O PNAE tem como diretriz a alimentação saudável, de preferência agroecológica, e os agricultores dos municípios pesquisados manifestaram que sentem necessidade de orientação para o manejo dos agroecossistemas para conseguir produzir de forma mais sustentável. É importante considerar que o desenvolvimento de sistemas agroalimentares alternativos dialoga diretamente com os preceitos de sustentabilidade, sendo necessário outro agir dos agricultores no meio ambiente.

Essas questões nos levam a apontar a necessidade de uma extensão rural diferenciada. Baseados em Gliessmann (2000) e em Balem (2004), podemos inferir que os sistemas de produção agroecológicos precisam de uma ação da extensão capaz de construir conhecimentos adaptados à realidade. Como Balem (2004) afirma, essa construção de conhecimentos não acontece à revelia dos saberes herdados e construídos pelos agricultores, mas também não parte do princípio de que esses conhecimentos são suficientes para o manejo dos agroecossistemas.

É importante ressaltar que os municípios estudados têm potencial humano e agrícola para suprir as demandas de produção da AF para o PNAE, pois possuem 8.857 agricultores com Declarações de Aptidão ao PRO-NAF (DAP) (documento caracterizador do

agricultor familiar). Isso significa um universo de quase nove mil agricultores com condições de comercializar para o mercado institucional. Como já apontamos, os recursos do PRONAF acabam concentrados nos agricultores mais capitalizados, nas regiões mais desenvolvidas e nas culturas de *commodities*. Por isso afirmamos que o PNAE necessita de uma ação diferenciada da ATER pois, do contrário, poderá se concentrar também em alguns agricultores mais fortes ou ser apropriado por grandes cooperativas detentoras de DAP institucional, o que consideramos ser uma distorção da política pública.

A afirmação de Sumberg e Sabates-Wheeler (2011) no sentido de que os agricultores precisam desenvolver novas habilidades, pois as estratégias e estruturas de realocação da agricultura exigem conhecimentos que esses não dominam ou perderam com o processo de modernização é coerente para a realidade estudada. O grande desafio é problematizar o papel da extensão rural sem cair no discurso difusionista e sem considerar que toda a perspectiva de sucesso do mercado institucional estaria em suas mãos. A ideia base é que a ATER é necessária, sendo possível sua intervenção em um processo extensionista construtivista e agroecológica, quando guiada por um projeto de desenvolvimento alternativo, como aponta Balem (2004). A ATER construtivista parte de uma aliança entre os conhecimentos dos agricultores, os conhecimentos técnicos modernos de Agroecologia e o manejo dos agroecossistemas, construídos com base em interpretações da realidade social e ecológica local. Essa aliança possibilita a construção de um conhecimento apropriado pelos agricultores e em consonância com as características de cada realidade.

Gazolla e Schneider (2013) apontam que 75,71% dos recursos do PRONAF custeio são utilizados por duas culturas: milho e soja. Esses dados contribuem para pensarmos o PNAE, pois parece haver a necessidade de fomentar produtos e a diversificação demandados pelo mercado institucional e superar a ênfase na produção de grãos e monoculturas

realizadas por muitos agricultores familiares. O mercado institucional cria a demanda por produtos da agricultura familiar nos termos de quantidade, qualidade e variedade, no entanto até que ponto a AF é capaz de atender a essa demanda? Por outro lado, ao atender a demanda do PNAE os agricultores desenvolvem capacidade para acessar outros mercados (institucionais ou não)?

A realocação da cadeia agroalimentar que indiretamente poderá ser alcançada com o PNAE precisa de outros elementos que não apenas a realização de ações de cima para baixo, representadas aqui pela obrigatoriedade de compra de produtos da agricultura familiar e pela descentralização do programa. Nesse sentido, a atuação na construção do mercado parece ser outra dimensão importante da ATER.

2.2 CONSTRUÇÃO DO MERCADO

O mercado institucional tem o potencial de ser a ancoragem inicial para o desenvolvimento de uma Nova Equação Alimentar, mas é necessário reconhecer que o ambiente institucional, de mercado e da agricultura talvez não esteja preparado para uma política complexa e de amplo alcance como o PNAE brasileiro. Nesse sentido, a apropriação da política pública pelo local é fundamental para que ações sejam planejadas com o intuito de desenvolver esse ambiente propício, caso não exista. O mercado institucional é diferenciado e antagônico aos mercados convencionais. Por outro lado, os sistemas agrícolas dos municípios estão mais organizados para atender aos mercados convencionais estabelecidos, geralmente de circuitos longos e, assim, as relações de mercado que hoje os agricultores estão mais habituados a conviver são relações mais simples e muitas vezes resolvidas “dentro da porteira”.

Balem (2015) parte do pressuposto que o mercado institucional é uma ancoragem inicial para a construção de outros mercados de circuitos curtos e, sendo assim, o PNAE é uma

ferramenta importante pois garante o mercado para os agricultores e o preço dos produtos. Assim, os agricultores aos poucos vão desenvolvendo novas habilidades de se relacionar com outros mercados locais, pois o potencial do mercado institucional não se encerra em si, mas na possibilidade de produzir *scaling up*, ou seja, desenvolver capacidades para os agricultores, após acessarem o mercado institucional do município, acessarem outros mercados locais e regionais. Esse conceito é importante, pois o mercado institucional do PNAE tem condições de absorver um número pequeno de agricultores familiares, principalmente nos municípios de menor população. Na medida em que esses vão acessando outros mercados locais, regionais e até nacionais, a partir do PNAE, poderão diminuir a quantidade vendida para o programa governamental, abrindo espaço para outros agricultores. Isso geraria uma autonomia dos mesmos, portanto a política pública funcionaria como um instrumento de mudança e auxiliaria a inserção dos agricultores nos mercados locais e regionais.

O município de Santiago, que faz parte desse estudo, mostra evidências de *scaling up* tais como: o estímulo da comunidade escolar e entorno da escola em consumir produtos dos agricultores familiares que participam do PNAE; a criação da uma feira, onde a maioria dos agricultores participantes agricultores que comercializam com o PNAE; e a demanda crescente de pequenos mercados varejistas e restaurantes, que têm procurado os agricultores pois percebem a possibilidade da compra local de produtos.

Os municípios de Santiago, Estela Velha, Rio Pardo e Xangri-lá ultrapassam os 30% de compras da AF para a alimentação escolar. Nesses municípios há uma concertação local entre as entidades envolvidas e uma organização do mercado. O limite é a falta de produção, por isso no caso de Estela Velha, Rio Pardo e Xangri-lá a maior parte da demanda está sendo suprida por grandes cooperativas. Em Santiago há uma articulação avançada na organização social e do mercado, pois todos os produtos comprados são de agricultores do

município. Além disso, esse município se destaca pelo *scaling up* do mercado alcançado, o que parece estar diretamente relacionado com a construção local para a priorização dos agricultores do município e com busca de estratégias de inserção deles ao mercado. No entanto, como há uma atuação da ATER insuficiente na dimensão de manejo dos agroecossistemas, a construção do mercado tem gerado uma demanda dos mercados locais além da oferta em Santiago.

Em quatro dos municípios estudados a ATER está completamente ausente do mercado institucional do PNAE. Nesses municípios o gestor ainda não conseguiu chegar ao mínimo de compra que são os 30%, o que pode prejudicar o programa, mas que pode ser pior ainda se considerarmos a apropriação das grandes cooperativas que possuem DAP jurídica e estão organizadas para esse mercado. O gestor municipal, na falta de produtos locais, compra dessas cooperativas para que o município não fique com problemas na execução da lei.

Delgado e Leite (2011) argumentam que é necessário um conjunto de ações de baixo para cima implementadas pelos atores locais em complementariedade com aquelas ações de cima para baixo presentes na formulação da política. Nessa lógica, os resultados das políticas públicas tenderão a ser mais qualificados na medida em que se criam espaços de discussão e implementação da política com participação ativa dos gestores estatais, usuários e organizações locais representativas de processos de desenvolvimento. A EMATER-RS tem sido uma organização de ATER em contato com a AF no estado e percebemos, com este estudo, que nos municípios onde há um envolvimento desse órgão, há um maior número de agricultores familiares locais comercializando para o programa. Assim, a ATER parece ser um “ator social hábil” capaz de induzir a cooperação de outros atores, utilizando a noção de Fligstein (2007), na construção do mercado institucional.

A implementação da compra de alimentos da AF para a alimentação escolar, em-

bora regrada por um conjunto de regras universais, depende das ações ligadas às realidades e desenvolvidas pelos grupos sociais locais, assim como pelos diversos “campos”. Assim, a presença de “atores sociais hábeis” nos municípios e capazes de, através da cooperação, criar uma identidade e uma cultura coletiva são importantes para a definição de uma agenda, onde há a compreensão dos interesses coletivos e a definições de ações para alcançar esses interesses (FLIGSTEIN, 2007). Essas ações de interesse coletivo são imprescindíveis para construir o mercado institucional e outros mercados locais para a AF.

Outra questão é a formação de campos de ação estratégica para a construção do mercado, ou seja, unidades de ação coletiva na sociedade onde os atores interagem com o conhecimento recíproco sob um conjunto de entendimentos comuns sobre os efeitos, as relações e as regras no campo (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011). Os autores ainda salientam que os campos de ações estratégicas normalmente são formados por subcampos.

Nesse sentido, o PNAE pode ser visto como um grande campo de ação estratégica, onde esses outros subcampos podem ser encontrados. De fato, é possível encontrar na arena de interesses campos governamentais, como é o caso das prefeituras municipais, e dentro desses, os seus subcampos, que são as secretarias de município, campos de representação dos agricultores e campos de instituições de ATER, como é o caso da EMATER. E ainda campos não locais, que são campos de ameaça externa, que agem e interferem na política pública, como é o caso das grandes cooperativas, concorrentes diretos dos agricultores familiares municipais na oferta de produtos. A disputa de poder entre esses campos e a busca de uma coalisão a partir de um projeto de desenvolvimento parecem estar determinando a inclusão ou a exclusão de agricultores locais no mercado do PNAE. Nasqueas prefeituras onde não há uma apropriação dos significados da política do PNAE e onde não há um envolvimento da ATER, como um ator social hábil, há uma apropriação do mercado ins-

titucional por um campo externo, construído pelas grandes coeprativas, mais hábeis e mais competitivas.

2.3 ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

A construção das estratégias para o acesso ao mercado proposto pelo PNAE para os agricultores familiares passa necessariamente pela organização destes. A organização é importante por dois vieses: primeiro, porque a necessária construção de novas habilidades, novas consciências e novas aprendizagens, tornar-se-ão mais efetivas se construídas coletivamente; segundo, porque o próprio mercado acaba pressionando e exigindo a comercialização realizada na forma de grupos. A construção coletiva de aprendizagens é uma importante ferramenta para a construção de novos horizontes de desenvolvimento. Com efeito, Sabourin (2001) afirma que os agricultores reconhecem a importância da criação de espaços sociotécnicos e novas oportunidades sociais de diálogo, no entanto, essas oportunidades tendem a se efetivar quando estimuladas externamente, ressaltando a importância dos processos de extensão rural.

Segundo Sabourin (2001), o ambiente institucional deixa cada vez mais espaço para a ação coletiva, pois entre a ação individual do agricultor e a ação pública há o nível da organização dos atores do desenvolvimento local, incluindo os agricultores familiares. Este nível é fundamental para articular negociações entre indivíduos e poderes públicos, para constituir redes e alianças capazes de mobilizar e provocar uma resposta da ação pública para a produção e difusão local de inovações e conhecimentos. Esse posicionamento coloca a extensão em uma via de mão dupla na organização dos agricultores para o acesso dos mercados institucionais, na medida em que atua como fomentadora da organização e da criação de novos sistemas de conhecimentos. Esses sistemas exercem uma pressão positiva para que essa continue dando respostas às novas construções, rompendo de vez com a ação

pontual e fragmenta, desvinculada de projetos de desenvolvimento.

No município de Santiago, a articulação dos atores locais resultou na organização de uma cooperativa exclusivamente de agricultores familiares, a COOPERSAF, cuja organização surgiu da análise da implementação do PNAE em 2010, pois os articuladores da política pública do município perceberam que o grupo informal, mobilizado em um primeiro momento, poderia ser ampliado. Em 2011, em função do mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos e do PNAE priorizarem a compra de grupos formais, amadureceu-se a ideia da constituição de uma cooperativa exclusivamente da AF, com o objetivo de acessar os mercados institucionais. A COOPERSAF foi fomentada principalmente pela EMATER-RS e a organização dos agricultores e a construção do mercado no município de Santiago têm uma forte atuação da ATER, demonstrando o potencial da extensão rural nessas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes do PNAE, as famílias agricultoras faziam a comercialização para atravessadores, não tinham um mercado garantido, entregavam um ou dois produtos, não tinham escala e nem diversidade de produção. Agora, precisam atender a um mercado que exige diversidade de produção, pontualidade de entrega, escalonamento e qualidade ampla de produtos. Neste sentido, o estudo evidenciou: a) Os agricultores têm demonstrado que precisam de apoio e assessoria para realocar e reordenar a lógica da produção; b) Observamos duas formas de atuação da Extensão Rural nesse grupo de municípios: uma atuação que praticamente ignora o mercado institucional e uma atuação parcial, mais relacionada à mobilização dos agricultores para acessar o PNAE, mas que não atua nos sistemas de produção; c) O serviço de ATER é ineficiente e dissonante ao que necessita a construção social dos mercados; d) Os agricultores manifestaram que os maiores entraves estão rela-

cionados à produção, tais como: dificuldades de escalonar produção, deficiência de manejo de culturas e falta de orientações para produção orgânica e agroecológica; e) A falta de informação ou informação distorcida tem prejudicado o acesso dos agricultores ao programa; f) Esses problemas têm gerado uma oferta aquém da demanda e um baixo número de famílias acessando o PNAE.

Sobre a atuação da ATER podemos levantar algumas hipóteses, que poderão ser agendas de pesquisas futuras: a) há uma opção da ATER em trabalhar com outras questões do rural e se retirar da ação que envolve as questões tecnológicas e produtivas, por isso a ausência dessa no manejo de Agroecossistemas; b) a formação profissional condiciona uma atuação dos extensionistas em culturas de *commodities*, em detrimento de atividades produtivas direcionadas aos mercados locais; c) não há um reconhecimento do projeto de desenvolvimento implícito nas compras institucionais, por isso o potencial dessa em construir uma nova abordagem para o rural não tem sido apropriado pelas equipes de ATER.

Recebido em: 02/05/2016

Aprovado em: 09/09/2016

REFERÊNCIAS

BALEM, T. A. *O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios*. 262f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BALEM, T. A. *Um processo de transição agroecológica: o caso da Associação Nossa Senhora Aparecida, Santa Maria-RS, Brasil*. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da. A erosão cultural alimentar e os desafios para a segurança alimentar. In: Guimarães, G. M. et al. *O Rural contemporâneo em debate: temas*

- emergentes e novas institucionalidades. Ijuí: ed. Unijuí, 2015. p 187-210.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A. O PNAE e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Rev. Nutr*, v 22, n.5, p. 595-607, 2009.
- BRAGA, B.. As atuais políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012. p. 441-504
- BRASIL; FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Disponível em: <<http://migre.me/sbn7P>>. Acesso em: 05 jul. 2015.
- BROSLER, T. M.; OLIVEIRA, E. R. L. de; BERGAMASCO, S.P. P. Métodos na Nova Extensão Rural no Brasil: caminho para a participação, de quem? In: SOBER, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, 2010, Campo Grande. *Anais...* Brasília: SOBER, 2009.
- CALLOU; A. B. F.; BRAGA, B. Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento Local: uma Experiência Governamental em Pernambuco, Brasil. *UNIRCOOP*, v. 3, n. 1, 2005, p. 177-191.
- CASTRO, M. F. et al Estudo Dirigido (ED) – Uma abordagem integradora na prática Extensionista. In: SOBER, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, 2010, Campo Grande. *Anais...* Brasília: SOBER, 2009.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão Social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 14). p. 89-130.
- DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S.; PNATER (2004-2014): Da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-128.
- DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; Aprendizados de uma Ates em busca do desenvolvimento dos assentamentos. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. DE; (Orgs.) Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS.. Ijuí: editora Unijuí, 2012. p. 329-343.
- EMATER-RS. *Sobre a EMATER-RS: apresentação*. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php#.vsr6x7qrliu>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. *RAE*. Vol 47, n.2, p. 61-80, 2007.
- FLIGSTEIN, N.;MCADAM, D. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. *Sociological Theory*, v. 29, n.1, 2011.
- FNDE. *Alimentação escolar (PNAE)*. Brasília: FNDE, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/mQ0iIH>>. Acesso em: 18 Jun. 2015.
- FROEHLICH, E. *A capacidade de “fazer diferente”*: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- FROEHLICH, J. M. A novelesca reforma curricular das ciências agrárias e a sustentabilidade: novas demandas, velhos problemas. *Rev. Bras. de Agroecologia*. v. 5, n. 2, p. 3-15, 2010.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos Ecológicos em Agricultura sustentável*. Porto alegre: editora Universidade/UFRGS, 2000.
- GONÇALVES, L. A. R. *Gestão de políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: uma análise do Programa Mais Educação no município de Benevides, Pará*. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade da Amazônia, Belém, 2013.
- GRISA, C.; WESZ Jr., V. J.; BUCHWEITZ, V. D.. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Rev. Econ. Sociol. Rural* , v.52, n.2, p. 323-346, 2014.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o

desenvolvimento rural. *RER*, v. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

MALINA, L. L.. Chamada Pública: Instrumento Legal de Compras da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Orgs). *Projeto Nutre SP: Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. p. 13-28.

MORGAN, K. School food and the public domain: the politics of the public plate. *The Political Quarterly*, v. 77, n.3, 2006.

MORGAN, K.; SONNINO, R. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development*. London: Routledge, 2008.

MORGAN, K; SONNINO, R. The urban foodscape: world cities and the new food Equation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v.3, p. 209–224, 2010

PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, 2015, p. S063-S084.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.16, Rio de Janeiro, p. 37-61, 2001.

SCHNITMANN, D. F.. Novos paradigmas na resolução de conflitos. 1999. In: SCHNITMANN, D. F.; LITTLEJOHN, S. (Orgs.) *Novos paradigmas em mediação*. Chagrin Falls, Ohio, USA: Taos Institute Publications/WorldShare Books, 2013. p. 17-28.

SIX, J. *Dinâmica da mediação*. Barbosa, A. A.; NAZARETH, E. R.; GROENINGA, G. (Trad.). Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SUMBERG, J. SABATES-WHEELER, R. Linking agricultural development to school feeding in sub-Saharan Africa: Theoretical perspectives. *Food Policy*, v. 36, p. 341–349, 2011.

WISKERKE, J.S.C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. *International Planning Studies*, v. 14, n. 4, p. 369 -387, 2009.